

Processo Administrativo n.º 2020005965  
Apenso: n.ºs 2020007148, 2020007181 e 2020007441

Ilmo. Senhor  
Angelo Alberto Barcarolo,  
Diretor-Presidente do SAMAE.

**PREGÃO PRESENCIAL N.º 010/2020**

OBJETO: aquisição de arquivos deslizantes mecânicos para a guarda de documentos e objetos na Seção de Controle de Pesquisa de Arquivo do SAMAE, em Caxias do Sul – RS, conforme Termo de Referência – Anexo VII.

**DOS FATOS**

A Pregoeira e equipe de apoio publicaram o julgamento dos recursos e contrarrazões impetrados, na data de 27 de maio de 2020.

Na data de 29 de maio de 2020, a então recorrente ARTHCO Comércio de Móveis e Materiais para Escritório EIRELI encaminhou e-mail ao Senhor Diretor-Presidente do SAMAE com o assunto “Recurso Hierárquico Arthco Arquivos Deslizantes - Processo SAMAE Caxias do Sul”.

O Edital do Pregão Presencial n.º 010/2020 prevê:

12.1. À proponente que manifestar, motivadamente, na sessão, intenção de recorrer, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, por escrito, contados do dia subsequente à realização do Pregão.

(...)

12.4. As razões e as contrarrazões do recurso, por escrito, deverão ser protocolizadas ao Sr. Diretor-Presidente do SAMAE, no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital, no horário das 9h às 16h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, no prazo estipulado para apresentação, sob pena de não admissibilidade.

(...)

12.10. Caso as proponentes interponham recursos administrativos por meio de correio eletrônico (e-mail), esses deverão ser transmitidos ao Pregoeiro dentro do prazo recursal e seus originais, protocolados, pela

proponente, no prazo previsto, conforme subitem 12.4, sob pena de ser considerado deserto ou prejudicado.

Recursos encaminhados via e-mail são possíveis e o fundamento seria o art. 374 do CPC, regulamentado pela Lei Federal 9.800, de 26 de maio de 1999, aplicável analogicamente aos procedimentos administrativos. Ressalte-se que essa lei é voltada para os processos judiciais. Assim, a Administração, quando permitir a interposição de recursos via e-mail, deverá prever o procedimento em seu edital.

Conforme se observa pelo subitem 12.10 do Edital essa prática não é permitida. Portanto, para ser admitido, o recurso deve ser protocolado, conforme previsto no Edital, em obediência ao princípio da vinculação ao ato convocatório:

A Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, assim determina:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 78 desta lei;
- e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei;
- f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

II - representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico;

III - pedido de reconsideração, de decisão de Ministro de Estado, ou Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, na hipótese do § 4º do art. 87 desta Lei, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

(...)

§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

(...)

A Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, é aplicada subsidiariamente para os pregões. Entretanto, para os prazos recursais, segue-se o estipulado na Lei Federal n.º

10.520, de 17 de julho de 2002, bem como o Decreto Municipal nº 19.078, de 23 de agosto de 2017, que assim preveem, respectivamente:

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

(...)

XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos; (...)

Art. 11. A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

(...)

XVII - a manifestação da intenção de interpor recurso será feita no final da sessão, com registro em ata da síntese das suas razões, podendo os interessados juntar memoriais no prazo de três dias úteis; (...)

A proponente Arthco Comércio de Móveis e Materiais para Escritório Ltda. encaminhou, na data de 29 de maio de 2020, e-mail direcionado ao Diretor-Presidente do SAMA E com o assunto "Recurso Hierárquico Arthco Arquivos Deslizantes - Processo SAMA E Caxias do Sul", com o seguinte teor:

Vimos, através deste, respeitosamente e tempestivamente, pedir especial atenção as informações em anexo referentes ao processo de Aquisição dos Arquivos Deslizantes, principalmente no que se refere as claras exigências do instrumento convocatório ao qual todos os licitantes e esta Administração estamos adstritos.

Em sua argumentação, alega que a decisão da Sra. Pregoeira, no julgamento dos recursos, consta de três erros graves:

- (i) desconsidera a condição de microempresa da recorrente por mero preciosismo, observando o princípio da vinculação ao instrumento convocatório;
- (ii) aceita laudo da concorrente desconsiderando o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, utilizando parecer/opinião de pessoa que não é especialista em ergonomia;
- (iii) imputou ao representante da recorrente a ação de tirar fotografias do laudo da concorrente, o que é inverdade, ferindo a honra do profissional, sem qualquer prova, devendo ser objeto de investigação mediante processo administrativo, pois caracteriza improbidade administrativa.

A proponente Arthco Comércio de Móveis e Materiais para Escritório Ltda. alega, em *seu novo recurso hierárquico*, que, sob aplicação, do princípio da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório, não foi enquadrada como Microempresa em razão da ausência da juntada da Certidão exigida no subitem 3.2.4, inciso I do Edital e que a condição de microempresa da recorrente está devidamente realizada pelos documentos apresentados no credenciamento e que uma simples diligência em sites da JUCESP, Simples Nacional, Receita Federal, comprovariam o alegado e poderiam ter sido realizados pelo Pregoeiro.

Com relação ao laudo de ergonomia, aceito pela Sra. Pregoeira, não houve a aplicação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, baseando-se em parecer/opinião de Técnico em Segurança do Trabalho. Que a Administração não pode “mudar as regras do jogo no meio do jogo” e que a “opinião” deveria ter sido dada antes da publicação do edital e não usada para fundamentar uma decisão para “desconsiderar” o princípio da vinculação ao instrumento convocatório; que a aceitação do laudo apresentado pela MAREMI, emitido por laboratório não credenciado ao INMETRO, viola o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, além de ferir o princípio da segurança jurídica, ora aplicando literalmente as previsões do Edital, ora não se aplicando. Que tal fato também viola o princípio da isonomia, pois essas interpretações no Edital são mais favoráveis à concorrente, sem fundamentação legal.

E, com o intuito de deixar claro e evitar penalizações, a recorrente “renova” as alegações referentes à suposta violação do item 15.1.6 do Edital. Que não efetuou fotografias dos documentos da concorrente e que as imagens foram retiradas de laudos utilizados pela concorrente em outros certames, ou seja, documentos públicos em outros certames. Que a afirmação efetuada caracteriza ato de improbidade administrativa e requer o encaminhamento aos órgãos competentes para a tomada de medidas legais cabíveis, além de serem objeto de medidas cíveis e penais decorrentes do dano à honra do representante e da imagem da recorrente.

A recorrente renova todos os pedidos de seu recurso, solicitando total atenção aos fatos expostos, não referendando a decisão da Sra. Pregoeira, por estar eivada de vícios.

Em seu documento, enviado por e-mail, a recorrente Arthco Comércio de Móveis e Materiais para Escritório Ltda., apesar de estar em papel timbrado da Arthco, identifica a sua empresa, ao final, com carimbo de Eletroarth Indústria e Comércio de Móveis para Escritório Ltda., CNPJ 26.341.426/0001-00, com assinatura de Ricardo Ortilbas, Diretor Técnico da Arthco Arquivos Deslizantes.

A empresa Eletroarth Indústria e Comércio de Móveis para Escritório Ltda., identificada no recurso, é completamente alheia ao processo licitatório, bem como não há menção, até

momento, de existir a empresa Arthco Arquivos Deslizantes. Supõe-se, também, que o Sr. Ricardo Ortlibas, signatário do documento, seja o Sr. Ricardo Alves Ortlibas, sócio e administrador da Arthco Comércio de Móveis e Materiais para Escritório Ltda., conforme consta no CNPJ da recorrente (participante do certame).

Segundo o mestre Diogenes Gasparini, o recurso hierárquico é o *"meio adequado para o superior rever o ato, decisão ou comportamento de seu subordinado, especialmente da comissão de licitação, quando devidamente interposto"*. (cf. in Direito Administrativo, 13ª ed., São Paulo, Saraiva, 2008, p. 684).

Esse recurso cabe nas seguintes hipóteses:

- a) habilitação ou inhabilitação do licitante;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93;
- f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

O procedimento para interposição, julgamento e comunicação deve seguir as determinações legais, bem como o instrumento convocatório.

No pregão, diferentemente do que ocorre nas demais modalidades licitatórias, existe apenas uma fase recursal que englobará todas as decisões do pregoeiro, tais como julgamento das propostas e da habilitação, decisão na fase de credenciamento que impeçam a participação de um licitante. Os pressupostos recursais são semelhantes aos expostos para as modalidades tradicionais. Conforme dispõe o art. 4º, inc. XVIII, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, o recurso deverá ser interposto na sessão, imediata e motivadamente após a declaração do vencedor do certame. Uma vez consignada em ata a manifestação, ao recorrente deverá ser concedido o prazo de três dias para que, se desejar, apresente por escrito as razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar as contrarrazões (impugnações aos recursos) em igual número de dias, que começam a fluir a partir do término do prazo do recorrente, sem a necessidade de sua intimação.

Tratando-se de pregão presencial não cabe ao pregoeiro o julgamento do mérito do recurso, ficando tal expediente reservado à autoridade competente. Analisando o art. 4º, inc. XXI, da Lei nº 10.520/02 depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos. Competirá ao pregoeiro, no entanto, *proceder ao juízo de admissibilidade do recurso, analisando se, as alegações verbais dos licitantes são relevantes ou meramente protelatórias*. Assim, transcorrido o prazo de

apresentação das contrarrazões que deverá o pregoeiro remeter os autos para a autoridade superior competente para o julgamento dos recursos, em prestígio ao princípio do duplo grau de apreciação. Assim, quando o pregoeiro mantiver sua decisão deverá encaminhar os recursos interpostos para apreciação da autoridade superior. E assim foi feito do processo em questão.

A recorrente encaminhou **novo recurso hierárquico** contra a decisão da Sra. Pregoeira, **no julgamento de um recurso hierárquico** impetrado contra a decisão de classificação da proposta da concorrente da ora recorrente, no certame.

Entende esta Pregoeira que, aqui, não cabe mais a figura de recurso hierárquico, pois ele pode ser usado, conforme determina a lei, nas situações já descritas e o julgamento de recursos não está incluso no rol de possibilidades e, ainda, a decisão pela manutenção do julgamento do recurso foi encaminhada à autoridade superior do SAMA E, não tendo sido praticada pela Sra. Pregoeira. Portanto, o primeiro recurso impetrado já foi elevado à autoridade superior, em observância ao princípio do duplo grau de jurisdição, que, embora não exista em todos os recursos, deva ser aplicado quando possível, a fim de aprimorar a decisão.

O TCU, no acórdão 1.788/2003 (plenário), apresenta seu posicionamento:

45. Caberia então a impetração de novo recurso hierárquico, com direito a novo juízo de retratação por parte da Comissão de Licitação? Entendo que não. A Comissão, ao julgar o recurso, já havia analisado as razões dos recorrentes e as contrarrazões das empresas que exerceram este direito no devido tempo. Não faz sentido submeter à Comissão à nova análise sobre a mesma matéria, considerando que todos os argumentos dos interessados já deveriam estar no processo desde a fase das contrarrazões.

(...)

48. Em qualquer dos casos, entendo que os momentos adequados para as empresas manifestarem seus argumentos são quando da interposição de recurso e da apresentação de contrarrazões, havendo preclusão do direito de as licitantes praticarem estes atos se não forem observados os prazos previstos em lei, a não ser que a Administração, ao decidir pela retratação, o faça com base em fatos novos, contra os quais não se tenha dado oportunidade de defesa aos licitantes, o que não parece ser o caso em comento, conforme a argumentação dos recorrentes (item 14.1 da instrução).

Caberá recurso do ato de julgamento que trazer fatos novos, pois ele representará uma nova decisão no processo, não pautada nos argumentos do recurso ou de sua impugnação, portanto imprevisível para as partes. Ela será decorrente do poder de autotutela da Administração, que durante a análise de recurso, se tomar conhecimento de fato não apreciado anteriormente e que seja prejudicial ao processo, poderá anular o ato viciado e os a ele relacionados. Isso porque, no processo administrativo, é admitida a reforma para pior.

Logo, pelo exposto, o recurso apresentado não deve ser conhecido, em vista da falta do pressuposto processual do cabimento, senão quando a decisão do primeiro recurso trazer fato novo, não exposto no primeiro recurso.

A parte tem o momento adequado para se manifestar sobre o recurso interposto e nesse momento deve alegar toda sua matéria de defesa. Em não fazendo isso, operar-se-ão as preclusões temporal e consumativa.

A recorrente, se quisesse, poderia lançar mão do recurso de representação, que *é a petição dirigida à autoridade superior pleiteando a modificação do ato da autoridade inferior. A representação somente cabe nos casos de decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato de que não caiba recurso hierárquico*". (ob. cit. p. 687).

Nas palavras de Jessé Torres Pereira Junior:

"o recurso de representação é o interponível para denunciar, perante instância administrativa superior, **qualquer irregularidade ou ilegalidade praticada contra o objeto da licitação ou do contrato, que não se inclua nas alíneas do inciso I**, seguindo-se ser meio de reexame hierárquico de largo alcance para coibir abuso ou desvio que se localize nos atos convocatórios, nas decisões das comissões de licitação, na atuação dos fiscais da execução dos contratos, entre outros". (p. 972). (grifo nosso)

Como exemplo de decisão que seja atacável por este tipo de recurso pode-se citar aquela que **altere o objeto da licitação ou do contrato**.

Entretanto, a decisão final pela manutenção da classificação da proposta da concorrente da ora recorrente, decisão pelo não provimento do recurso impetrado e a decisão pela adjudicação e a homologação do objeto do certame não foi feita pela Sra. Pregoeira, mas, sim, pela autoridade superior do SAMA E, visto que os autos foram remetidos a ela para ciência e concordância dos atos. Tampouco se vislumbra que o recurso de representação seja adequado ao caso, pois não se tratam de irregularidades (denunciadas pela recorrente) contra o objeto da licitação, tampouco da execução do contrato.

Portanto, sequer recurso de representação pode ser impetrado, pois o ato (julgamento do recurso) já foi homologado pela autoridade máxima da Autarquia.

#### I - DO BENEFÍCIO DE ME/EPP

Insurge-se a recorrente, novamente, contra a decisão de não concessão do benefício de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, em ferimento aos princípios da isonomia e da

vinculação ao ato convocatório, em razão da ausência de certidão exigida no subitem 3.2.4 do Edital e que simples diligências poderiam ter sanado a questão, sem a apresentação de novos fatos.

O Edital do Pregão Presencial n.º 010/2020 é bem claro nessa questão:

- I. certidão expedida pela Junta Comercial ou Certidão do Cartório de Títulos ou Documentos de Registros de Pessoas Jurídicas, em se tratando de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, OU o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI, em cópia autenticada ou emitida via internet;
- E
- II. declaração de enquadramento, como:
  - a) Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme modelo do Anexo III, assinada pelo responsável legal da proponente e por contador ou técnico em contabilidade da empresa. A declaração deverá conter o número de inscrição do profissional no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, ou
  - b) Microempreendedor Individual, conforme modelo do Anexo IV, assinada pelo responsável legal da proponente.

Portanto, o documento que a recorrente não apresentou era documento obrigatório para as empresas que quisessem se utilizar os benefícios da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações e, em cumprimento ao princípio da vinculação ao ato convocatório, a não apresentação ensejava a não concessão do benefício.

A possibilidade da comissão ou autoridade competente promover diligência, para esclarecer ou complementar a instrução do processo, encontra-se disciplinada no artigo 43, §3º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações. A promoção de diligência é realizada sempre que a comissão julgadora, ou autoridade competente em presidir o certame, se esbarra com alguma dúvida, sendo mecanismo necessário para afastar imprecisões e confirmação de dados contidos nas documentações apresentadas pelos participantes do processo licitatório. Comumente questiona-se a possibilidade de juntar documentos durante a realização de diligência, tal alteração decorre de uma interpretação equivocada do texto legislativo, isto porque o art. 43, § 3º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações preconiza que:

“§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.” (Destacamos)



A vedação para inclusão de documentos restringe-se à inclusão de documentos que deveriam ser entregues inicialmente.

Portanto, não há como realizar diligências sob documentos **NÃO** apresentados no certame.

No caso em questão, a ora recorrente solicita que o benefício seja concedido, em detrimento à exigência editalícia, desconsiderando (em seu favor) o princípio ao ato convocatório. Pois foi justamente **em cumprimento ao princípio da vinculação ao ato convocatório**, mantendo o princípio da isonomia, que o benefício não foi concedido.

## II - DO LAUDO DE ERGONOMIA

Com relação ao laudo de ergonomia, aceito no certame, da concorrente da ora recorrente, esta quer o cumprimento do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, que, em seus argumentos, deixou de ser cumprido.

Vejamos que o Edital e seus anexos são bem claros quanto à questão:

7.6. Relatórios de Ensaios, Laudos e Certificados técnicos referentes à resistência, durabilidade e segurança, em concordância com as normas vigentes, emitidos por laboratórios acreditados pelo **INMETRO, com escopo específico na análise e ensaios em móveis e revestimentos (tintas e zincagem)**. (grifo nosso)

9.3. Relatórios de Ensaios, Laudos e Certificados técnicos referentes à Resistência, durabilidade e segurança, em concordância com as normas vigentes, emitidos por laboratórios acreditados pelo **INMETRO, com escopo específico na análise e ensaios em móveis e revestimentos (tintas e zincagem)**. (grifo nosso)

### 10.8. Ergonomia:

Devem ser apresentados: Laudo Técnico em nome da empresa fabricante do mobiliário, atestando que o item ofertado atende as exigências do Ministério do Trabalho, quanto a Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde do Trabalhador MTB – NR17/Ergonomia, assinado por Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho. (grifo nosso)

Pois bem, os laudos a serem apresentados por laboratório acreditado pelo INMETRO são os laudos específicos **para as análises e ensaios em móveis e revestimento (tintas e zincagem)**! E isto está devidamente claro e objetivo, tanto no Termo de Referência, quando no Edital.

O laudo que trata da **ergonomia** deverá atender às exigências do Ministério do Trabalho, quanto à **Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde do Trabalhador MTB – NR17/Ergonomia**, assinado por Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho. A verificação de atendimento a NR 17 é realizada por Médico do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho, Fisioterapeuta ou, ainda, Ergonomista, que emite laudos, atestados e ou relatórios com as especificações do produto, as normas cabíveis consideradas em conjunto com a NR17 e assina comprovando que o produto atende ao requerido na norma. Apesar de muitos ensaios serem realizados por laboratórios reconhecidos pelo INMETRO, no caso da NR 17 não há obrigatoriedade, tendo em vista que os profissionais qualificados para análise desses produtos são direcionados para essa finalidade; portanto, suficiente é o ateste de um profissional para garantir que o produto atende às normas ergonômicas. A exigência, como requer a recorrente, de que a comprovação de atendimento ergonômico seja realizada por um laboratório acreditado pelo INMETRO é desnecessária, pois os profissionais que podem atestar a qualidade são independentes e capazes de realizar esse atesto fora de qualquer laboratório.

O documento apresentado pela concorrente da ora recorrente atende ao Edital e ao Termo de Referência. Em nenhum momento o princípio à vinculação ao ato convocatório foi ferido, pois a questão é clara! Não houve mudança de regra durante o decurso da condução do processo administrativo da licitação, tampouco favorecimento a algum participante. Foram cumpridas as determinações da legislação, do Edital e seus Anexos.

Sempre que necessário, o Pregoeiro pode e deve se assessorar com pareceres técnicos para o julgamento de qualquer fase da licitação, por meio de parecer que integrará o processo. Portanto, não foi solicitada uma “opinião”, como, pejorativamente, alega a recorrente. E assim a Comissão o fez. Dentre as atribuições dos técnicos em segurança do trabalho, estão as questões relativas à ergonomia.

Ainda, o laboratório, Lenco Centro de Controle Tecnológico Ltda., que emitiu o laudo apresentado pela ora recorrente, para o item da ergonomia, que, segundo a **recorrente é acreditado pelo INMETRO**, possui os seguintes escopos, conforme consulta realizada no site do INMETRO:

- I. Acreditação nº 546: Escopo da acreditação – ABNT NBR ISO/IEC 17025 – Calibração (micrômetro externo, paquímetro, trena);
- II. Acreditação nº 0659: Escopo da acreditação – ABNT NBR ISO/IEC 17025 – Ensaio (cartuchos de toner e jato de tinta para impressoras, tintas e materiais retro refletivos);

Está em nome de Lenco Centro de Controle Tecnológico de Materiais Ltda. EPP:

- I. Acreditação nº 1365: Escopo da acreditação – ABNT NBR ISO/IEC 17025 – Ensaio (lâmpadas fluorescentes compactas com reator integrado a base, lâmpadas a vapor de sódio a alta pressão, lâmpadas alógenas com filamento de tungstênio exceto

automotivas, lâmpadas a vapor metálico, lâmpada fluorescente tubular, lâmpadas a LED com dispositivo de controle incorporado, luminárias, lâmpadas em geral, inclusive tipo LED).

Portanto, o laboratório que emitiu o laudo da recorrente, apesar de ser acreditado pelo INMETRO, não possui escopo para ergonomia. Assim, nem o laudo apresentado pela recorrente atenderia o Edital, SE o Edital exigisse que fosse acreditado pelo INMETRO para o item da ergonomia.

Ainda, nesse link podem ser consultados os segmentos de acreditação do INMETRO: <https://www4.inmetro.gov.br/acreditacao/organismos-de-avaliacao-da-conformidade-acreditados>, quais sejam: Laboratórios de ensaio (ISO 17025) e análises clínicas (ISO 15189); Laboratórios de calibração; Organismos de Certificação, Organismos de Inspeção e Verificação e Validação de Gases de Efeito Estufa; Produtores de Material de Referência; Provedores de Ensaio de Proficiência. Ou seja, não há categoria determinada para o item ergonomia.

### III - DAS CÓPIAS DE DOCUMENTOS

Conforme previsão do Edital:

15.1.6. Não será permitida a realização de fotografias dos documentos apresentados, na sessão pública. A interessada em obter cópia dos documentos da licitação, deverá peticionar e protocolar, no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital, no horário das 9h às 16h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

A recorrente não solicitou cópias dos documentos da recorrida, conforme previsão do Edital e alega, agora, que tais documentos são de outros certames, que a recorrida participou, e não o editado pela Autarquia. Apresentou, segundo ela própria, documentos de outrém, que não os inseridos no certame em questão. E, ainda, requer punição ao agente público por ato de improbidade administrativa.

Importa referir que a própria recorrente, manifesta-se em seu recurso, cujos itens abaixo transcrevemos:

12. A Recorrida também deixou de atender não só ao Edital como também ao Termo de referência por ter apresentado Relatório de Ergonomia emitido EMPRESA DE SEGURANÇA DO TRABALHO E PERÍCIAS, NUNCA um Laboratório, ou seja, DESATENDENDO grosseiramente o item " 7.6 Relatórios de Ensaio, Laudos e Certificados TÉCNICOS referentes a resistência, durabilidade e SEGURANÇA, em concordância

com as normas vigentes, EMITIDOS POR LABORATÓRIOS ACREDITADOS  
PELO INMETRO....." (grifo nosso)

17. Vejamos as evidências abaixo e logo em seguida faremos a simples  
comparação com o Laudo Ergonômico apresentado pela ARTHCO.  
(grifo nosso)

Ora, a própria recorrente informa que a empresa apresentou relatório de ergonomia e junta  
imagens do laudo apresentado, levando, assim, a Comissão a crer de que se trata do laudo  
apresentado no procedimento licitatório realizado pela Autarquia.

Diante da apresentação do documento e da ausência de sua solicitação formal, a própria  
recorrente induz a Comissão a supor que se tratava de fotografia reproduzida no ato, sendo  
apenas um artifício utilizado pela empresa, a juntada de documento alheio ao processo em  
tela.

Os atos que importam em improbidade administrativa estão previstos na Lei nº 8.429, de 02  
de junho de 1992 e alterações. Caracterizam-se por dano ao erário, enriquecimento ilícito e  
violação aos princípios administrativos. A Lei de Improbidade Administrativa define  
enriquecimento ilícito o ato de "auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em  
razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades públicas".  
As ações de improbidade se referem, por exemplo, a um funcionário que recebeu dinheiro ou  
qualquer vantagem econômica para facilitar a aquisição, permuta ou locação de um bem móvel  
ou imóvel, a contratação de serviços pela administração pública, ou ainda utilizar veículos da  
administração pública para uso particular. Outro tipo de enriquecimento ilícito seria receber  
dinheiro para tolerar a prática de jogos de azar, prostituição ou narcotráfico. Dentre os atos  
que causam prejuízo ao erário, enquadrados portanto na lei de improbidade administrativa,  
estão: permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço  
superior ao de mercado e ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei  
ou regulamento. Também está incluída no conceito de improbidade administrativa a violação  
de princípios da administração pública, condutas que violem o dever de honestidade, como,  
por exemplo, fraudar um concurso público, negar a publicidade de atos oficiais ou deixar de  
prestar contas quando se tem a obrigação de fazê-lo.

Acusa, portanto, a Sra. Pregoeira, de estar agindo com improbidade, por ter cumprido as regras  
editais, apesar de não ter sido recomendada qualquer tipo de punição no caso em tela.

## CONCLUSÃO

Como se pode constatar nos autos e nas razões do seu recurso a recorrente não se conforma por não ter sido vencedora do certame e por essa razão tenta tumultuar e retardar o certame, com recursos desprovidos de fundamentação legal, pois não apontam qualquer descumprimento ou infringência à Legislação ou ao Edital.

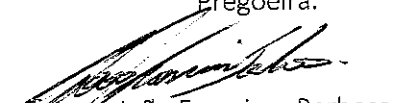
A Equipe de Apoio e a Sra. Pregoeira, na condução do certame, cumpriram seu papel, obedecendo, em todos os atos, aos princípios que regem a Administração Pública, principalmente os da vinculação ao ato convocatório, da isonomia e, na conclusão do processo, o da economicidade, visando, sempre, a busca da proposta mais vantajosa para a Administração.


Logo, pelo exposto, o recurso apresentado não deve ser conhecido, em vista da falta do pressuposto processual do cabimento e da adequação, bem como a ausência de regularidade formal, conforme previsão do Edital.

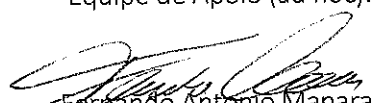
À consideração superior para que revise o ato recorrido e, a seu critério, mantenha ou mude a decisão da Comissão e, se entender necessário, encaminhe para análise e parecer da Assessoria Jurídica da Autarquia.

Caxias do Sul, 03 de junho de 2020.

  
Viviane Brochetto,  
Pregoeira.

  
João Francisco Barbosa,  
Equipe de Apoio.

  
Flavio Freitas Maia,  
Equipe de Apoio (ad hoc).

  
Fernando Antonio Manara,  
Secretário.



Processo Administrativo nº. 2020005965  
Apensos nºs 2020007148, 2020007181 e 2020007441



**Sra. Ana Cláudia Doleys Schittler,  
Assessora Jurídica,  
N/Autarquia.**

Considerando a manifestação da Comissão Permanente para Recepção e Julgamento de Licitações nas Modalidades de Pregão Presencial e Pregão Eletrônico, fls. 415 a 427, encaminho para análise e parecer.

Atenciosamente,

DIG, 04 de junho de 2020.



Angelo Alberto Barcarolo,  
Diretor-Presidente.

MJB/DIG.